



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
Seção B da 3ª Vara Cível da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA, RECIFE
- PE - CEP: 50080-800 - F:()

Processo nº **0030251-03.2019.8.17.2001**

AUTOR: IVAN PORFIRIO DA SILVA

RÉU: GENTE SEGURADORA SA, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT

DECISÃO

De início, defiro a gratuidade de justiça requerida, nos termos da Lei 1.060/50.

A partir de 15/12/2008, data em que passou a vigor a Medida Provisória nº 451, posteriormente convertida em Lei (Lei nº 11.945/2009), o pagamento da indenização do seguro DPVAT deve, em caso de invalidez permanente parcial, observar a respectiva proporcionalidade da incapacidade, nos termos da tabela anexada a Lei nº 6.194, de 19.12.1974.

Assim, a solução da lide, regra geral, depende de laudo técnico em que se anote a extensão e o grau de incapacidade do acidentado, enquadrando-a na Tabela anexada a Lei nº 6.194, de 19.12.1974. A atividade corriqueira em processos que exigem indenização securitária DPVAT mostram que, enquanto não há perícia, não há a possibilidade de acordo, o que esvazia a pretensão da legislação em reunir as partes para composição antes da contestação.

Diante disso, cite-se a parte promovida, conforme requerido, para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis (art. 335, CPC/2015), ofertar resposta aos termos da ação, sob pena de revelia e confissão quanto à matéria fática (art. 334, CPC/2015). A fim de sanar qualquer dúvida, o termo inicial do prazo para contestação será a data de juntada do A.R. positivo aos autos.

Defiro o pedido do autor no sentido de ser o Dr. JOSIMAR CARVALHO DE SOUZA, OAB/PE nº 40.200 e a Dra. DINARA GUIMARÃES DA SILVA, OAB/PE nº 14.650, os únicos advogados a receber as intimações do Juízo endereçadas à parte autora sob pena de nulidade, nos termos do art. 272, §5º do CPC/2015. Anote-se na DJCível de 1º Grau.

Cite-se. Intime-se. Cumpra-se.



Recife, 07 de junho de 2019.

Julio Cezar Santos da Silva

Juiz de Direito





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 3ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0030251-03.2019.8.17.2001
AUTOR: IVAN PORFIRIO DA SILVA

RÉU: GENTE SEGURADORA SA, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT

INTIMAÇÃO DE DECISÃO - Autor

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 3ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor da Decisão de ID 46377191, conforme segue transcrito abaixo:

"DECISÃO De início, defiro a gratuidade de justiça requerida, nos termos da Lei 1.060/50. A partir de 15/12/2008, data em que passou a vigor a Medida Provisória nº 451, posteriormente convertida em Lei (Lei nº 11.945/2009), o pagamento da indenização do seguro DPVAT deve, em caso de invalidez permanente parcial, observar a respectiva proporcionalidade da incapacidade, nos termos da tabela anexada a Lei nº 6.194, de 19.12.1974. Assim, a solução da lide, regra geral, depende de laudo técnico em que se anote a extensão e o grau de incapacidade do acidentado, enquadrando-a na Tabela anexada a Lei nº 6.194, de 19.12.1974. A atividade corriqueira em processos que exigem indenização securitária DPVAT mostram que, enquanto não há perícia, não há a possibilidade de acordo, o que esvazia a pretensão da legislação em reunir as partes para composição antes da contestação. Diante disso, cite-se a parte promovida, conforme requerido, para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis (art. 335, CPC/2015), ofertar resposta aos termos da ação, sob pena de revelia e confissão quanto à matéria fática (art. 334, CPC/2015). A fim de sanar qualquer dúvida, o termo inicial do prazo para contestação será a data de juntada do A.R. positivo aos autos. Defiro o pedido do autor no sentido de ser o Dr. JOSIMAR CARVALHO DE SOUZA, OAB/PE nº 40.200 e a Dra. DINARA GUIMARÃES DA SILVA, OAB/PE nº 14.650, os únicos advogados a receber as intimações do Juízo endereçadas à parte autora sob pena de nulidade, nos termos do art. 272, §5º do CPC/2015. Anote-se na DJCível de 1º Grau. Cite-se. Intime-se. Cumpra-se. Recife, 07 de junho de 2019. Julio Cezar Santos da Silva Juiz de Direito"

RECIFE, 12 de junho de 2019.

JANAINA GUIMARAES VALADARES
Diretoria Cível do 1º Grau

